

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Midian da Rosa Silva

O PLANEJAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO IFSUL VENÂNCIO AIRES

Santa Cruz do Sul

2017

Midian da Rosa Silva

O PLANEJAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO IFSUL VENÂNCIO AIRES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade de Santa Cruz do Sul como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Professora Orientadora: Eunice Maria Viccari.

Santa Cruz do Sul,
2017

Midian da Rosa Silva

O PLANEJAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO IFSUL VENÂNCIO AIRES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade de Santa Cruz do Sul como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Prof.^a Eunice Maria Viccari
Professora Orientadora – UNISC

Prof.^a Maira Meira Pinto
Professora Examinadora

Prof.^a Marta Von Dentz
Professora Examinadora

Santa Cruz do Sul
2017

AGRADECIMENTOS

A Deus eu agradeço o dom da vida, e a energia que me deu para concluir essa etapa deste sonho. Agradeço a oportunidade que me tem dado para tomar decisões assertivas em minha vida, e pelas pessoas que tem colocado em meu caminho. Obrigada pelo presente mais lindo e especial que recebi nesta vida: meu filho, meu orgulho maior e minha alegria de viver!

A minha família que é a mais incrível e composta somente de guerreiros que jamais desistem diante de obstáculos. Com todos aprendi e sinto orgulho de cada um de vocês! Muito obrigada por todo esforço de cada um em meu favor especialmente nesses últimos quatro anos, e sempre.

Agradeço ao meu companheiro de vida pelo apoio, carinho, compreensão e dedicação sem medir esforços. Todas batalhas que lutamos unidos, vencemos e que continue assim até quando nos for permitido por Deus.

A minha amiga Eliane Marques, fruto de uma amizade inusitada, mas construída com amor e carinho e para sempre, sem você talvez existisse apenas um sonho, mas através de sua amizade, compreensão e carinho, isso é realidade!!

Agradeço ao curso de Serviço Social e aos estimados professores e mestres que fizeram parte de meu aprendizado, bem como aos supervisores de estágio que contribuíram de forma espetacular em minha construção acadêmica.

Especialmente à supervisora Luciane Conrad, e toda equipe representados pelo diretor Cristian Oliveira da Conceição que me acolheram carinhosamente e trouxeram luz ao meu aprendizado.

Agradeço carinhosamente a cada orientador e mestre que iluminou e ampliou meu aprendizado em busca por conhecimento.

As amizades construídas durante esse período acadêmico, especialmente a amiga e irmã Andreia que juntas enfrentamos desafios e mutuamente nos apoiamos e temos a esperança de que nossa amizade será para sempre!

O planejamento não é uma tentativa de prever o que vai acontecer. O planejamento é um instrumento para raciocinar agora, sobre que trabalhos e ações serão necessários hoje, para merecermos um futuro. O produto final do planejamento não é a informação: é sempre o trabalho (*Autor desconhecido*).

RESUMO

O presente trabalho se deu através da análise de estágio curricular obrigatório em Serviço Social que foi realizado no IFSUL- câmpus Venâncio Aires, que integra a rede do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, com sede em Pelotas/RS que tem como foco principal a educação através de cursos gratuitos ligados à demanda da região e ao potencial metalomecânico, em diferentes modalidades de ensino. Cursos integrados ao ensino médio e subsequentes ao mesmo, bem como cursos técnicos na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), por meio de programas como o Pronatec e Mulheres Mil. Para desenvolvimento desse trabalho a estagiária utilizou-se da pesquisa qualitativa, pois trabalhou com a realidade do estágio, fazendo uso de documentos e sistematizações desenvolvidas pela estagiária e autora do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC durante percurso do estágio nos níveis II, III e IV. Esses documentos são diários de campo em todos os níveis de estágio, relatórios descritivos processuais, relatórios finais de estágio curricular obrigatório. Sob o tema: “O Planejamento do Serviço Social no IFSUL Venâncio Aires”, esse trabalho elencou como problema trabalhado: “Como a estagiária de Serviço Social contribuiu com o PLANEJAMENTO do Serviço Social no IFSUL Venâncio Aires no período de 2015/1 a 2016/1?” Através deste problema, elenca-se três hipóteses, sendo: I – A estagiária de Serviço Social no IFSUL Venâncio Aires, contribuiu na elaboração e planejamento de ações do Serviço Social na instituição. II - A estagiária de Serviço Social no IFSUL Venâncio Aires, contribuiu para a democratização da informação a respeito da Assistência Estudantil na instituição. III - A estagiária de Serviço Social no IFSUL Venâncio Aires, contribuiu para efetivação do acesso aos benefícios estudantis através do planejamento, execução e avaliação do instrumental utilizado. Como resultado, acredita-se que a estagiária contribuiu para o planejamento de ações do Serviço Social e democratização de informações a respeito da Assistência Estudantil na instituição, observando o instrumental utilizado em busca de respeitar a individualidade dos usuários, possibilitando a permanência no recebimento de benefícios.

Palavras-chave: Planejamento em Serviço Social; democratização de informações; Assistência Estudantil;

ABSTRACT

This work was carried out through the analysis of the curricular internship in Social Work, at IFSUL-Campus Venâncio Aires, that integrates the network of the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, headquartered in Pelotas-RS. The institute focus in education through free courses linked to the region's demand and to the metal-mechanical potential in different teaching modalities, besides course integrated to high school and subsequent to it, as well as technical courses in the Youth and Adult Education (EJA) modality, through programs such as Pronatec and Mulheres Mil. In order to develop this work, the trainee used the qualitative research, as she worked with the reality of the internship, using documents and systematizations developed by the intern and the elaboration of the Course Completion Work during the stage at levels II, III and IV. These documents are field journals at all stages, procedural descriptive reports, final reports of the curricular traineeship. Under the theme: "Social Service Planning in the IFSUL Venâncio Aires", This work listed as a problem worked: "How did the Social Work trainee contributed with the planning of Social Service in IFSUL Venâncio Aires Through the problem that was develop in the period 2015/1 to 2016/1?" three hypotheses are drawn: - The Social Service trainee at the IFSUL Venâncio Aires, contributed in the elaboration and planning of actions of the Social Service in the institution. II - The Social Service trainee at the IFSUL Venâncio Aires, contributed to the democratization of the information regarding the Student Assistance in the institution. III - The Social Service trainee at the IFSUL Venâncio Aires, contributed to effective access to student benefits through the planning, implementation and evaluation of the instruments used. The work concluded that the trainee contributed to the planning of actions of Social Work and democratization of information regarding Student Assistance in the institution, observing the instruments used in order to respect the individuality of the users, allowing the permanence in receiving benefits

Keywords: Planning in Social Work; democratization of information; Student Assistance;

LISTA DE ABREVIATURAS

AE	Assistência Estudantil
CE/CD	Comissão de Educação da Câmara dos Deputados
CE/SF	Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
DEGAE	Departamento de Gestão de Assistência Estudantil
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FNE	Fórum Nacional de Educação Fundamental e de Valorização do Magistério
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF IFes	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Instituições Federais de Ensino Superior
IFsul	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PAE	Política de Assistência Estudantil
PNAES	Política Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
SNE	Sistema Nacional de Educação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
PARTE I – PROPOSTA DO TCC.....	12
1 Problemática	12
1.1 Origem do problema.....	12
1.2 Fundamentação teórica da categoria central de análise	16
1.3 Hipóteses	20
1.4 Objetivos	21
1.4.1 Objetivo Geral:	21
1.4.2 Objetivos Específicos:	21
1.5 Revisão de Literatura	21
2. Metodologia.....	26
PARTE II – RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS	30
1 POLÍTICA SOCIAL E OBJETO DE INTERVENÇÃO: ESTABELECENDO RELAÇÕES NO CAMPO DE ESTÁGIO	30
1.1 Adentrando no Sistema Nacional de Educação	30
1.2 PNAES e PAE no IFSUL/Venâncio Aires	31
2 PLANEJAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL E DEMOCRATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES NO IFSUL VENÂNCIO AIRES: O APRENDIZADO CONSTRUÍDO	34
3 INSTRUMENTAL TÉCNICO-OPERATIVO E PLANEJAMENTO	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS.....	49

INTRODUÇÃO

Visando a realização do trabalho de conclusão de curso (TCC) em Serviço Social, este trabalho implica visibilizar instrumentais utilizados para a execução do planejamento do Serviço Social, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul) de Venâncio Aires na execução da Política de Assistência Estudantil.

Considerando que durante os estágios curriculares obrigatórios, algumas demandas estiveram mais presentes em seu cotidiano, mostrou-se relevante a discussão sobre a socialização de informações referentes à Assistência Estudantil para o acesso e manutenção do benefício. Para isso observou-se que o planejamento era o princípio de futuras ações a serem desenvolvidas objetivando o êxito de um maior número de estudantes.

Os estágios curriculares obrigatórios proporcionaram a acadêmica de Serviço Social um amplo e valioso conhecimento sobre a realidade da organização inserida, possibilitando conhecer a Política de Assistência Estudantil (PAE), implantada na Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), identificar demandas e avaliar possíveis construções de conhecimento e ações que levassem a melhoria da política já em execução no local, também a identificação dos instrumentais técnicos operativos utilizados que puderam ser analisados e reconstruídas as estratégias de execução que oportunizaram o ensaio de seu futuro exercício profissional como Assistente Social.

O exercício profissional do Assistente Social nas instituições escolares é ainda recente vindo a ser um campo inovador e amigoso, mas que possibilita várias análises e construções para sua efetivação e melhoria constantes, como também é a profissão: Uma constante construção de valores.

A realização deste trabalho é importante para os interesses da instituição em que a estagiária esteve inserida, pois esta trabalhou na democratização da informação socializando conhecimentos, e articulando planejamentos que contribuíram para efetivação do serviço assistencial prestado, trazendo para a estagiária a aproximação e conhecimento para analisar sua intervenção.

Para dar visibilidade à análise realizada, este TCC está organizado em duas partes. A primeira parte traz a problemática acerca do tema e a metodologia de

análise dos dados deste trabalho, sendo que a problemática está dividida em cinco itens, que abordam a Origem do Problema, a Fundamentação Teórica da Categoria Central de Análise, as Hipóteses, os Objetivos e a Revisão de Literatura sobre a Temática. Na segunda parte a estagiária traz os resultados e a análise das hipóteses, seguido das considerações finais do presente trabalho, onde apresenta ou refuta sua análise, e as referências bibliográficas.

PARTE I – PROPOSTA DO TCC

1 Problemática

1.1 Origem do problema

O tema escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa de TCC é: “O planejamento do Serviço Social no IFSUL Venâncio Aires”, tendo em vista que ao longo do estágio da Assistente Social em formação, este foi importante para o sucesso das ações referentes à execução da Política de Assistência Estudantil. A Assistente social em formação realizou o projeto de intervenção com estudantes inclusos na Política de Assistência Estudantil no segundo semestre de 2015.

Com a execução do projeto os estudantes tiveram a oportunidade de conhecer seus direitos e deveres relacionados aos benefícios, possibilitando-os um sentimento mais efetivo de sua cidadania.

Particularmente, este projeto, contribuiu de forma significativa para que pudesse aprender o processo de trabalho, como se dão as relações entre pais e ou responsáveis com discentes/docentes e equipe profissional interdisciplinar e do profissional do Serviço Social, em conjunto com os demais agentes escolares. Para obtenção de benefício estudantil, trouxe uma possibilidade de aprender com a temática a habilidade de investigar, planejar, executar e avaliar uma ação enquanto um processo.

É importante, pensarmos os direitos sociais dos estudantes, como processo de construção da cidadania. O momento de solicitação do benefício, é para muitos estudantes o primeiro contato que terão com um edital onde encaminharão suas documentações e acompanharão o processo de edital, cumprindo prazos e buscando informações.

É relevante a importância na contribuição para socialização de informações que propiciaram a garantia da educação enquanto direito social preconizado na Constituição Federal em 1988, e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Através de ações que promoveram a informação, a permanência e o aproveitamento escolar dos estudantes e contribuindo na construção de uma educação pública de qualidade. Essa, que visa a preparação para o exercício pleno da cidadania, junto

aos professores e demais educadores para pensar a instituição (escola) como espaço privilegiado de acolhimento e incentivo a educação e valorização dos sujeitos.

De modo particular, foi importante para compreensão de como é possível a formação de uma cultura democrática que nasce do conhecimento enquanto instrumento político de libertação, permitindo o desenvolvimento dos potenciais de cada aluno-cidadão no meio social em que vive fazendo de cada um, agente de transformação.

Foi possível ainda, a percepção de que há verdadeiramente a necessidade do profissional Assistente Social na educação para cidadania, pois no cotidiano escolar percebeu-se o enfrentamento de complexas questões sociais em que o conhecimento pedagógico apenas é insuficiente, precisando de outros saberes como o do Serviço Social.

A concretização desse trabalho foi importante para os interesses da instituição em virtude de a acadêmica iniciar um trabalho onde o processo de planejamento para executar ações informativas, veio a ser um marco contribuinte no êxito da política de assistência estudantil, e na concretização dos direitos sociais na instituição, acelerando o processo de acesso aos benefícios. As avaliações tornaram-se mais criteriosas e específicas contribuindo para ser beneficiado os alunos que realmente necessitavam e com isso, auxiliando para formação educacional individual de forma equânime, com vislumbre de uma sociedade mais justa e igualitária.

Os estágios curriculares obrigatórios¹ II, III, e IV da acadêmica foram realizados no IFSul/Venâncio Aires. O IFSul câmpus Venâncio Aires integra a rede do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul). Com sede em Pelotas/RS e 14 unidades no estado, em 2008 na segunda fase de expansão dos institutos federais, o câmpus foi criado, e é a primeira instituição federal dos Vales do Rio Pardo e Taquari. Oferece cursos gratuitos ligados à demanda da região e ao potencial metalomecânico, em diferentes modalidades (BRASIL, 2017b).

¹ O estágio curricular I foi realizado na Prefeitura Municipal de Venâncio Aires/RS, em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

As atividades letivas do câmpus começaram em fevereiro de 2011. Nesse primeiro ano, as aulas foram realizadas na Escola Estadual de Ensino Médio Monte das Tabocas, na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e na Escola Estadual de Educação Básica Cônego Albino Juchem. Além disso, uma sala no Parque Municipal do Chimarrão sediou as atividades dos servidores técnico-administrativos. Com as obras concluídas, o câmpus passou a funcionar em local próprio em 2012 (BRASIL, 2017b).

Localizado no bairro Universitário, o instituto possui em torno de 4 mil metros quadrados de área construída, em um complexo que conta com salas de aula, auditório, área de convivência, laboratórios, oficinas e academia de ginástica. É nesse espaço que ocorrem as aulas e são desenvolvidos projetos de pesquisa e extensão, voltados à comunidade. Isso porque além de qualificar profissionais, o IFSul tem o objetivo de formar cidadãos que fomentem o desenvolvimento da região, com o seu trabalho (BRASIL, 2017b).

A inserção do profissional Assistente Social, no processo de trabalho na instituição aconteceu em Novembro de 2013 e não restringe-se unicamente a execução da Assistência Estudantil, mesmo sendo essa de maior relevância.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)²⁻³ apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (IFes).

Salienta-se que tendo em vista que a educação é uma política pública de direito constitucional, este, portanto, deve ser garantido não somente com a democratização do acesso do sujeito à educação, mas, sobretudo a qualidade do ensino, a fim de promover o crescimento cultural do indivíduo enquanto cidadão. Nesse contexto cabe ao profissional Assistente Social, por meio de seu trabalho, ampliar e contribuir para a sua garantia.

A atuação da Assistente Social no campus Venâncio Aires, contribui na efetivação da Assistência Estudantil, bem como de outras demandas do meio escolar, concretizando a função social da profissão, capaz de reconhecer a valoração do sujeito nas inúmeras mudanças sociais. Impulsionando à uma reflexão

² O PNAES é *plano* de forma federal, e *programa* para o IFSUL/Venâncio Aires, sendo assim, doravante tratar-se-á como *programa*.

³ Sobre o assunto, ver: BRASIL, 2010.

crítica dos estudantes e no reconhecimento de direitos e deveres, para o exercício da cidadania.

Este foi o primeiro estágio curricular do curso de Serviço Social da UNISC, no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense de Venâncio Aires, iniciado pela observação, realização de uma análise institucional, planejamento e execução de um projeto de intervenção no Serviço Social. As observações realizadas em campo pela acadêmica, como também as intervenções desenvolvidas, mostraram que o planejamento organizado de forma criteriosa, pode interferir nos resultados a serem obtidos.

O segundo nível de estágio objetivou a elaboração do Projeto de Intervenção, que demandou no mínimo, bom conhecimento do campo, no intuito de responder a uma demanda real com possibilidade de intervenção.

Esse foi um momento interessante e com muito a aprender, pois o primeiro nível de estágio com a observação e análise institucional, foi realizado em outra instituição. Apesar disso, no segundo nível, a acadêmica realizou a análise institucional através da observação mais a elaboração do projeto de intervenção, nesta instituição.

A observação de demanda do Serviço Social na instituição mostrou a execução da Política de Assistência Estudantil (PAE), já em desenvolvimento, mas recente no local, e em processo de construção, contando com colaboração geral dos profissionais de forma interdisciplinar.

Após observação e avaliação junto à supervisão de campo, deu-se a elaboração do projeto de intervenção que priorizava a “Democratização da informação sobre assistência estudantil no IFSUL Venâncio Aires”. Com a execução do projeto os estudantes tiveram oportunidade de conhecer seus direitos e deveres relacionados aos benefícios, possibilitando-os um sentimento mais efetivo de sua cidadania.

Enquanto estudante do Curso de Serviço Social possibilitou aprender na prática como se dão as relações entre pais e ou responsáveis com discentes/docentes e equipe profissional interdisciplinar e do profissional do Serviço Social, em conjunto com os demais agentes escolares, especificamente na obtenção de benefício estudantil, trazendo uma possibilidade de aprender com essa temática a

habilidade de investigar, planejar, executar e avaliar uma ação enquanto um processo.

Acredita-se que o acesso à informação e orientações permitem as pessoas, iniciarem um processo de conhecimento e conquistas e de viabilizar sua cidadania através de seus direitos, se construindo e reconstruindo como sujeitos, protagonistas de sua história. No terceiro nível de estágio deu-se a realização do projeto de intervenção, bem como a atuação em outras demandas relacionadas ao serviço social na instituição.

Durante a realização do projeto, a acadêmica pode realizar, reuniões reflexivas (rodas de conversa),⁴ reuniões com equipe de trabalho da Assistência Estudantil, entrevistas individuais (escuta sensível),⁵ estudo sócio econômico, visitas domiciliares, estudo de casos, parecer social, análise e interpretação de resultados e planejamento e execução na PAE na instituição.

O quarto nível de estágio teve seu foco voltado às intervenções e prática ao mesmo tempo em que se avaliaram as mesmas. Esse momento foi particularmente importante, pois foi o fechamento através de análise de um processo de aprendizado.

Para sintetizar e explicar como se deu o processo de estágio da acadêmica, o problema de TCC escolhido é: “Como a estagiária de Serviço Social contribuiu com o planejamento do Serviço Social no IFSUL Venâncio Aires no período de 2015/1 a 2016/1?”.

1.2 Fundamentação teórica da categoria central de análise

Buscando aproximar o leitor com o tema desta pesquisa, bem como aprimorar os conhecimentos acerca da experiência de prática da acadêmica, será apresentada

⁴ Rodas de Conversa: “As rodas de conversas possibilitam encontros dialógicos, criando possibilidades de produção e ressignificação de sentido – saberes – sobre as experiências dos participantes. Sua escolha se baseia na horizontalização das relações de poder. Os sujeitos que as compõem se implicam, dialeticamente, como atores históricos e sociais críticos e reflexivos diante da realidade” (SAMPAIO; et. al., 2014, p. 1301).

⁵ Escuta sensível: “O ouvinte sensível não julga, não mede, não compara. Entretanto, ele compreende sem aderir ou se identificar às opiniões dos outros, ou ao que é dito ou feito. Ela procura compreender, por ‘empatia’, o sentido que existe em uma prática ou situação, segundo o ‘algo mais’” (BARBIER, 2002, p. 02).

a fundamentação teórica da categoria central de análise deste trabalho, que visa analisar e descrever sobre planejamento.

A origem do planejamento está em uma situação em que há esperança e problemas. Somente planejam as pessoas, os grupos e as instituições que têm esperança e que têm problemas. À primeira vista, sem reflexão, pode parecer que a existência de problemas seja o determinante para início de um planejamento, mas ao dar mais atenção ao fato, percebe-se que a ausência de esperança pode excluir o planejamento mesmo na presença de problemas sérios e em quantidade. Refletindo sobre problemas e planejamento, percebe-se que há alguns passos necessários para que o planejamento ocorra. (GANDIN, 1994)

Em primeiro lugar é necessário conhecer a situação com clareza situando-se do mundo em que se encontra, buscando a percepção do grupo ou instituição em que está inserido identificando seus valores, compreendendo e observando os fatos e situações que demandam possíveis intervenções. (GANDIN, 1994)

Após essa observação partimos para o segundo passo que é o momento de realizar um diagnóstico, observando que descrição de problemas não é diagnóstico e jamais se deve começar um plano pelo diagnóstico. Diagnóstico é parte da realidade, vista pela clareza da situação. Diagnóstico é um juízo sobre uma realidade ou uma prática, à luz de um referencial. (GANDIN, 1994)

O terceiro passo é onde se estabelece as necessidades existentes julgando a realidade, estabelecendo a distância que existe entre o ideal e o real. Há momentos que se identificam demandas que exigem tomadas de decisões que não são possíveis naquele momento, então julgar entre o ideal e a realidade em que está inserido é fundamental. (GANDIN, 1994)

O quarto passo é quando podemos realizar uma programação de atividades, ou seja, uma proposta de ação que após ter identificado claramente as necessidades alia-se o julgamento da realidade gerando uma hipótese de trabalho, ou uma proposta de trabalho onde quanto mais soluções possíveis, melhor. Este passo só é possível como consequência da clareza e da precisão dos passos anteriores. (GANDIN, 1994)

O planejamento é algo que todas as pessoas utilizam, algumas inconscientemente, outras seguindo os aspectos necessários e técnicos para conseguir planejar assertivamente. Planejar remete a pensar sobre aquilo que

existe, sobre o que se quer alcançar, com que meios se pretende agir (OLIVEIRA, 2007). O nosso cotidiano é cercado de planejamento, o ser humano em sua essência planeja desde que toma consciência de sua importância e contribuição para o meio social.

Para planejar é necessário conhecer a realidade com a qual vai atuar, identificando demandas, sendo esse um processo totalmente racional, para assim traçar objetivos, metas e finalidades a transformar ou trabalhar, sem jamais esquecer que todo planejamento deve ser submetido a uma avaliação, visto que o ato de planejar tem como principal objetivo a "[...] previsão de mudança daquilo que é real" (OLIVEIRA, 2007, p. 21).

O planejamento para o profissional do serviço social em uma instituição é um instrumento de fundamental importância, pois resulta em conhecer e analisar o objeto de intervenção, organizar as ações, prever tempo e espaço, propor estratégias e avaliar as ações executadas com a necessidade de conhecimento e compreensão da realidade para que através do planejamento consiga realizar intervenções eficientes. Planejar supõe pensar o futuro, num movimento que envolve reflexão, decisão, ação e avaliação e se faz num processo que gera em momentos distintos, documentos específicos (BAPTISTA 2002). Vieira compactua do mesmo conceito, salientando: "[...] planejamento consiste num processo intelectual correspondendo a uma série de atos: reflexão, decisão, ação e revisão, sendo este último um *feed back* para nova reflexão e novas decisões e ações" (VIEIRA, 1979, p. 97).

Tanto o planejamento social, como o planejamento estratégico, busca ampliar a participação dos vários níveis profissionais existentes dentro da sociedade. Sendo assim, a tomada de decisão se torna elemento fundamental, pois corresponde com as diferentes escolhas dentro do processo. (BARBOSA, 1980)

Um elemento importante no planejamento social é a operacionalização, onde relaciona as atividades necessárias para efetuar as decisões tomadas. O assistente social deve acompanhar a execução, implantação, controle e a avaliação do planejamento do projeto social que o mesmo for implantar em determinada instituição pública ou privada. O planejamento é um processo contínuo e dinâmico. (BARBOSA, 1980)

Elemento fundamental na conceituação do planejamento é a sua compreensão enquanto processo, que buscam definir com a maior precisão possível o que se pretende e como alcançar o proposto. O planejamento pode ser visto como um método para traçar as metas e os meios de alcançá-las. Elaboração por etapas, com bases técnicas, de planos e programas com objetivos definidos. Processo que envolve tomada de decisões e avaliação prévia de cada decisão, avaliando a demanda para após tomar decisões. (BAPTISTA, 2002)

O ato de planejar é um importante aliado ao exercício do trabalho profissional, pois permite antecipar possíveis mudanças do ambiente externo em que a sociedade está inserida continuamente, ainda que nunca garantirá êxito pleno das ações, será sempre um exercício para minimizar possíveis erros.

Para o profissional de Serviço Social o planejamento deixa de ser um método de estudo e passa a ser um procedimento importante para a profissão, torna-se instrumento essencial para compreender a profissão, pois trabalha com e na realidade, repensando suas práticas para atender as mais diversas realidades e expressões da questão social que surgem no cotidiano profissional. É um instrumental essencial aos profissionais que têm em suas práticas a intervenção, com é o Serviço Social. Como ferramenta de trabalho utilizada por um conjunto de atores envolvidos para tomar decisões e organizar ações de modo a promover as transformações desejadas na realidade da organização ou da sociedade. (BARBOSA, 1980)

Ainda, o conceito de planejar está intimamente ligado com a dimensão humana. Em poucas palavras, planejar significa antecipar/prever ações. O planejar está relacionado com a possibilidade de intervenção na realidade (VASCONCELOS, 2006). É possível dizer que o homem planeja suas ações, desde as mais simples até as mais complexas, isto é, “[...] tudo é pensado e planejado na vida humana. ” (MENEGOLLA; SANT’ANNA, 2002, p. 15). É, portanto, um processo natural de racionalidade em relação ao futuro, sendo que todos possuímos a capacidade de planejar, como característica inerente a natureza humana.

Pensando dessa forma, planejar estabelece uma relação entre teoria e prática remetendo a algo que quer mudar, acreditando na possibilidade de mudança, percebendo a necessidade de mediação de teoria e prática, e já vislumbrando a possibilidade de realizar aquela determinada ação. É a ferramenta para pensar e

agir de forma sistemática com reflexão própria, estudando as situações, prevendo seus limites e suas possibilidades, propondo-se objetivos, definindo-se estratégias.

Importante lembrar que o planejamento das políticas, ou seja, as guias para a ação são regras estabelecidas para governar funções e assegurar que elas sejam desempenhadas de acordo com os objetivos desejados (CHIAVENATO, 2008). Portanto, são fundamentais para construção de uma sociedade mais justa e igualitária, iniciando-se com o planejamento, onde iguais possam ser tratados como iguais e diferentes como diferentes.

É importante considerar que, no âmbito das organizações e das políticas, um processo de planejamento se dá sempre num contexto de mudanças. Obviamente de uma situação original para uma situação melhorada mediante o enfrentamento de problemas e aproveitamento de oportunidades, considerando que o planejamento é da práxis humana, sendo um processo político, portanto pode ser um instrumento tanto de dominação ou de democratização. O planejamento pode tornar-se reprodução apenas ou um instrumento de construção do novo (GANDIN, 1994).

Ao refletir sobre planejamento implica lembrar que o contrário de planejamento é a improvisação e este nem sempre é bem-vindo em um processo de trabalho organizado e fundamentado como o trabalho do assistente social, que vê o planejamento como sinônimo de seriedade para com os assuntos públicos.

1.3 Hipóteses

I. A estagiária de Serviço Social no IFSUL Venâncio Aires contribuiu na elaboração e planejamento de ações do Serviço Social na instituição. Priorizando o respeito à individualidade no planejamento com ações voltadas para garantia do acesso a Assistência Estudantil;

II. A estagiária de Serviço Social no IFSUL Venâncio Aires contribuiu para a democratização da informação a respeito da Assistência Estudantil na instituição, através das rodas de conversa levando informação e clarificação dos editais;

III. A estagiária de Serviço Social no IFSUL Venâncio Aires contribuiu para efetivação do acesso aos benefícios estudantis através do planejamento, execução e avaliação do instrumental utilizado. Aprimorar as técnicas já desenvolvidas como as visitas domiciliares, entrevistas e elaboração de laudo sócio econômico, criteriosos e com planejamento diferenciado;

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral:

Compreender a participação da estagiária nos processos de trabalho do Assistente Social para o planejamento do Serviço Social no IFSUL Venâncio Aires.

1.4.2 Objetivos Específicos:

- Analisar a dimensão ético político, na execução das atividades que integram o trabalho da estagiária, observando o respeito a individualidade dos usuários;
- Analisar a contribuição das informações destinadas aos estudantes sobre Assistência Estudantil;
- Explicitar o instrumental do Serviço Social utilizado pela estagiária;

1.5 Revisão de Literatura

A inserção do Serviço Social com a área da Educação faz parte do cotidiano do assistente social que atua na Política de Assistência Estudantil, embora existam limitações e desafios para que se efetive a garantia do direito à permanência dos alunos no ensino superior público.

Conforme a Constituição Federal art. 206, I (BRASIL, 1988) e art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): “Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996), há impasses e adversidades para

efetivação do direito como preconizado, visto que vivemos em uma sociedade em que cotidianamente se reproduz a desigualdade.

O PNAES apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das IFes e tem o objetivo de viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão (Ver: BRASIL, 2010)

O PNAES é um programa executado no âmbito do Ministério da Educação, que oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa - conforme art. 3º do PNAES (BRASIL, 2010).

Os critérios de seleção dos estudantes levam em conta o perfil socioeconômico dos alunos, além de critérios estabelecidos de acordo com a realidade de cada instituição. Criado através da Lei nº 7.234, de 19 de Julho de 2010, alguns dos objetivos do programa (art. 2º) são:

- I- Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II- Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III- Reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV- Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica está fundamentada numa história de construção de mais de 100 anos, cujas atividades iniciais eram instrumento de uma política voltado para as “classes desprovidas” e hoje se configura como uma importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas. Esse é o elemento diferencial que está na gênese da constituição de uma identidade social particular para os agentes e instituições envolvidos neste contexto, cujo fenômeno é decorrente da história, do papel e das relações que a Educação Profissional e Tecnológica estabelece com a

ciência e a tecnologia, o desenvolvimento regional e local e com o mundo do trabalho e dos desejos de transformação dos atores nela envolvidos⁶.

Essa Rede cuja oferta é totalmente pública e gratuita é parte integrante de um projeto de desenvolvimento nacional que busca consolidar-se como soberano sustentável e inclusivo, a Educação Profissional e Tecnológica é convocada não só para atender às novas configurações do mundo do trabalho, mas, igualmente, a contribuir para a elevação da escolaridade dos trabalhadores. Nessa direção, a atual conjuntura histórica é extremamente favorável à transformação da Educação Profissional e Tecnológica em importante ator da produção científica e tecnológica nacional, especialmente porque o espaço social das práticas de ensino, pesquisa e inovação desenvolvidas nessa área possui características diferenciadas daquelas desenvolvidas no espaço do mundo acadêmico (BRASIL, 2009).

O Assistente Social é o profissional que trabalha com as relações sociais e suas problemáticas, entendidas como as expressões da questão social, sendo importante sua atuação no meio educacional cumprindo função primordial para as ações previstas no PNAES, segundo a portaria n. 2.312/2012, de 14 de dezembro de 2012, que aprova normatização de Benefícios da Política de Assistência Estudantil no IFSUL e em seu 4º artigo, esclarece que:

É permitido o pagamento de auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio material escolar e/ou auxílio emergencial a estudantes submetidos a regime de exercícios domiciliares, conforme estabelecido na Organização Didática do IFSUL, desde que haja visita domiciliar e parecer técnico de assistente social (BRASIL, 2012).

A política de Assistência Estudantil é um conjunto de princípios e diretrizes que indicam a implementação das ações que possibilitam o acesso, a permanência, e o êxito dos estudantes, na busca de equidade, produção de conhecimento, e melhora do desempenho acadêmico, resultando em melhor qualidade de vida.

A política é gerida pelo Departamento de gestão de Assistência Estudantil (DEGAE) e equipes de trabalho de cada câmpus e segue os seguintes princípios – conforme art. 2º (BRASIL, 2015):

⁶ Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/SilvileneOliveira/educacao-profissional-1>> Acesso em: 09 set. 2016.

- I - afirmação da educação técnica e tecnológica como uma política de Estado;
- I I– gratuidade do ensino;
- II I– busca pela igualdade de condições para o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes;
- IV – formação ampliada na sustentação do desenvolvimento integral dos estudantes;
- V – democratização e qualidade dos serviços prestados à comunidade acadêmica;
- VI – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- VII – orientação humanística para o exercício pleno da cidadania;
- VIII – defesa da justiça social e respeito à diversidade;
- IX – pluralismo de ideias e reconhecimento da liberdade como valor ético central.

Dessa forma, a política de Assistência Estudantil vislumbra um conjunto de princípios e diretrizes que visa a implementação das ações que possibilitam o acesso, a permanência, e o êxito dos estudantes resultando em melhor qualidade de vida. A gestão da Política de Assistência Estudantil está subordinada à Pró-reitoria de ensino, e em seu art. 9º do capítulo 3, esclarece que compete a cada câmpus:

- I – Propor as políticas relativas à assistência estudantil da Instituição;
- II – Orientar, assessorar e acompanhar o programa e os projetos de assistência estudantil;
- III – Estimular a participação da comunidade discente nas questões de assistência estudantil (BRASIL, 2015).

Os usuários da Política de Assistência Estudantil são os estudantes regularmente matriculados nos cursos: Proeja FIC, Técnicos e Superior de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, em situação de vulnerabilidade social, conforme parágrafo único do art. 13 (BRASIL, 2015):

Parágrafo único: Estudantes com perfil socioeconômico, que se inscreverem para acessar os benefícios da Política de Assistência Estudantil, que já possuam um curso técnico e/ou uma graduação, não farão jus aos auxílios quando matriculados no mesmo nível de ensino.

A assistência estudantil é um benefício possível para a primeira formação técnica, sendo que quanto a permanência dos benefícios, a frequência, aproveitamento acadêmico e utilização adequada dos benefícios, em seus parágrafos 1 e 2, estabelece:

§1º. O usuário que não cumprir o requisito de frequência exigido no *caput* deste artigo poderá justificar-se, por escrito, à Assistência Estudantil do câmpus, estando sujeito à suspensão ou cancelamento dos benefícios.

§2º. O usuário que não cumprir os requisitos de aproveitamento acadêmico ou utilização adequada do benefício exigido no *caput* deste artigo poderá justificar-se, por escrito, à Assistência Estudantil do câmpus, estando sujeito ao cancelamento dos benefícios (BRASIL, 2015).

É possível que se obtenha os seguintes tipos de benefícios, considerando a demanda potencial por assistência estudantil identificada: auxílio alimentação, auxílio moradia, auxílio transporte, auxílio à participação estudantil em eventos; acompanhamento biopsicossocial-pedagógico; auxílio material escolar e auxílio emergencial. Essa é a política de Assistência Estudantil, exercida no IFSUL.

2. Metodologia

A pesquisa para o Serviço Social é fundamental e importante, pois sendo a profissão de caráter investigativo e transformador da realidade, faz uso constante dessa ferramenta (pesquisa), com o intuito de conhecer o universo a ser analisado e posteriormente transformado.

É através da pesquisa que podemos conhecer a realidade em que estamos inseridos. A pesquisa qualitativa, aqui utilizada, possibilita estudos interpretativos, a discussão da história de vida como uma de suas ferramentas mais valiosas quando se trata de analisar a vida individual e o contexto social, permitindo um olhar mais aprofundado sobre determinado tema, assunto ou serviço. Através desta, contribuímos para a evolução do trabalho e a ampliação da produção de conhecimento para o Serviço Social. Assim,

[...] a pesquisa é uma atividade básica das Ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados (MINAYO, 2004, p. 19).

A metodologia usada foi constituída por uma investigação com abordagem predominantemente qualitativa (DELLAGNELO; SILVA, 2005) onde foram analisados os documentos provenientes da prática profissionalizante da acadêmica no período referente ao estágio curricular obrigatório II, III, IV.

As descobertas dizem respeito às reflexões que foram possíveis explorar durante a análise das intervenções realizadas, complementando a constante construção de conhecimento acerca da prática profissional e das relações sociais, considerando significados e dados que não podem ser quantificados.

Essa pesquisa teve como foco aprofundar a análise, ir além do superficial, desenvolver a experiência social dos sujeitos e tudo que a envolve, como opiniões, sentimentos e valores. Com essa pesquisa qualitativa consegue-se penetrar nas intenções e motivos, a partir dos quais ações e relações adquirem sentido. Sua utilização é, portanto, indispensável quando os temas pesquisados demandam um estudo fundamentalmente interpretativo, como em questão.

Entre as características da pesquisa qualitativa, encontram-se as mencionadas por Chizzotti (1991), quais sejam, a imersão do pesquisador nas circunstâncias e contexto da pesquisa, a saber, o mergulho nos sentidos e emoções; o reconhecimento dos atores sociais como sujeitos que produzem conhecimentos e práticas; os resultados como fruto de um trabalho coletivo resultante da dinâmica entre pesquisador e pesquisado; a aceitação de todos os fenômenos como igualmente importantes e preciosos: a constância e a ocasionalidade, a frequência e a interrupção, a fala e o silêncio, as revelações e os ocultamentos, a continuidade e a ruptura, o significado manifesto e o que permanece oculto.

Compreender o outro empaticamente, relativizar os sinais é o que autores como Velho (1978), debatendo a assimilação da antropologia com os métodos qualitativos de pesquisa, fortifica que o envolvimento infalível com o objeto de estudo não constitui defeito ou imperfeição dos métodos utilizados. O pesquisador como membro da sociedade, compete-lhe o cuidado e a capacidade de relativizar o seu próprio lugar ou de transcendê-lo de forma a poder colocar-se no lugar do outro.

Apesar de tudo, a realidade, familiar ou imprevista, será sempre filtrada por um determinado ponto de vista do observador, o que não invalida seu rigor científico, mas envia à necessidade de percebê-lo enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa.

Portelli (1997), referindo-se a importância da história oral, ao ser verbalizada, como um recurso utilizado em muitas pesquisas qualitativas, nos diz que é a subjetividade de quem expõe, que concede às fontes orais, o elemento precioso que nenhuma outra fonte possui em alcance igual. A história oral, mais do que sobre acontecimentos, fala sobre significados; nela, a adesão ao fato cede passagem à reflexão, imaginação ou simbolismo. Costumes ou culturas locais podem ser transmitidas ou observadas pelo pesquisador. Fundamentação essa, observada durante execução dos instrumentais e após, durante reflexão dos resultados obtidos.

A pesquisa do tipo qualitativa busca conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos, o que demanda um “mergulho” do pesquisador na temática e experiência da pesquisa. Utilizamos instrumentos que vão além do formulário e do questionário, como as narrativas orais, tudo que é verbalizado. Pois, afinal de contas, “[...] se queremos conhecer modos de vida temos que conhecer as pessoas” (MARTINELLI, 1999, p. 14).

A pesquisa, ora em foco, foi documental, que de acordo com Gil “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com o objetivo da pesquisa” (2008, p. 73).

A essa pesquisa foram inseridas produções (científicas e teórico-práticas), desenvolvidas pela acadêmica, durante o estágio curricular obrigatório, tais como: diários de campo, relatórios descritivos, processuais, relatórios finais de estágio, assim como materiais produzidos no campo de estágio, como pareceres, laudo sócio econômico, prontuários, questionários internos institucionais, dentre outros.

A análise de conteúdo, que consiste em desvendar os significados da comunicação que os documentos analisados transmitem, procurando a “descodificação de um documento para poder utilizar-se de diferentes procedimentos para alcançar o significado profundo das comunicações nele cifradas” (CHIZZOTTI, 2006, p. 98).

Para uma maior compreensão consideramos também, conforme Bardin (1977, p. 44) “[...] a análise de conteúdo que procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça”; “[...] é uma busca de outras realidades *através* das mensagens [...]”, buscando entender os significados, embora o seu foco seja qualificar as vivências do sujeito, bem como suas percepções sobre determinado objeto e seus fenômenos (BARDIN, 1977).

Ainda, segundo Minayo (2007), operacionalmente, a análise temática de conteúdo, desdobra-se nas etapas da pré-análise, exploração do material ou codificação e tratamento dos resultados obtidos/ interpretação. Ainda, conforme Minayo (2001, p. 79) “[...] o produto final da análise de uma pesquisa, por mais brilhante que seja, deve ser sempre encarada de forma provisória e aproximativa”, sempre há possibilidade de mudanças.

Buscando uma abordagem analítica crítica e reflexiva, segundo Bardin (1977), essa análise se apresenta em três etapas: A primeira análise diz respeito a organizar os dados e estabelecer os documentos que foram analisados, ou seja, foi nesta etapa em que formulamos os objetivos dessa pesquisa, bem como as hipóteses e indicadores. O segundo momento deu conta de analisar e explorar o material elencado e definir as categorias de análise a partir da linha de raciocínio, categorias – conceito – indicadores – conteúdo, categorias estas anunciadas nas hipóteses de pesquisa.

Por fim, na terceira etapa, deu-se a interpretação dos dados coletados e os resultados obtidos pela nossa mediação entre os dados obtidos na prática e o referencial teórico estabelecido para embasar a pesquisa. Nesse momento ocorreu a reflexão do pesquisador em relação ao que coletamos, analisamos e interpretamos, finalizando com a resposta ao nosso problema de pesquisa.

PARTE II – RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

1 POLÍTICA SOCIAL E OBJETO DE INTERVENÇÃO: ESTABELECENDO RELAÇÕES NO CAMPO DE ESTÁGIO

1.1 Adentrando no Sistema Nacional de Educação

Com esse capítulo buscar-se-á fazer um breve relato da Política Nacional de Educação operacionalizada no sistema de educação com ênfase na Política de Assistência Estudantil, executada no IFSUL/Venâncio Aires.

O ponto de partida para este relato está centrado na educação como um direito social para cada cidadão brasileiro, definido pela Constituição Federal de 1988. Ao longo dos anos vários instrumentos legais foram instituídos, como a LDB, que redesenhou a educação nacional no pós-ditadura militar; o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e, anteriormente, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).⁷ Estes dispositivos legais, orçamentários e operacionais, entre outros, preconizavam promover equalização de oportunidades educacionais.

Destaque à Emenda Constitucional 59/2009, que trouxe marcos jurídicos avançados, como a obrigatoriedade do ensino para crianças e adolescentes de 4 a 17 anos, o Plano Nacional de Educação (PNE) e a inclusão, no texto constitucional, da expressão Sistema Nacional de Educação (SNE).

O PNE alcançou caráter de Plano de Estado, cobrindo períodos de dez anos, com explícita vinculação de recursos para a sua execução.⁸ É um plano decenal previsto na Constituição e faz com que planos de governo obrigatoriamente o tomem como referência, consolidando políticas com maior articulação federativa. Além disso, o PNE tornou-se o articulador do SNE, porém não instituído.

⁷ O FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007 em substituição ao FUNDEF, que vigorou de 1998 a 2006. Com vigência estabelecida para o período 2007-2020, sua implantação começou em 1º de janeiro de 2007 (BRASIL, 2017a).

⁸ Estabelecimento da meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) (BRASIL, 2017a).

O PNE para o decênio 2014 -2024 decorrentes do advento da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, tem a finalidade de viabilizar a execução de metas. São instrumentos de planejamento governamental previstos na Constituição de 1988 (art. 165, §4º), elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional, para a área de educação, onde destaca a definição de diretrizes, objetivos, metas e estratégias para implementação e para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis onde prioriza:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade do ensino;
- IV - formação para o trabalho;
- V - promoção humanística, científica e tecnológica do País;
- VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto (BRASIL, 2014).

São estratégias de caráter normativo ou orientador, que visam fixar prazos e metas a serem cumpridos na busca da valorização da Educação. A execução do PNE é objeto de monitoramento contínuo e avaliações periódicas sendo analisado, realizado e divulgado por: Ministério da Educação (MEC); Comissão de Educação da Câmara dos Deputados (CE/CD); Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal (CE/SF); Conselho Nacional de Educação (CNE); Fórum Nacional de Educação (FNE) (BRASIL, 2014).

A importância para as instituições educacionais da elaboração e cumprimento de planos estratégicos como PNE se dá à possibilidade de padronização da educação a nível nacional em busca de qualidade de ensino, de gestão democrática, de valorização do magistério e dos profissionais da educação, sendo, entretanto, um plano de caráter orientador, disciplinador e necessário com vistas ao seu efetivo cumprimento.

1.2 PNAES e PAE no IFSUL/Venâncio Aires

A política de Assistência Estudantil do Instituto Federal Sul-rio-grandense vem sendo implantada e implementada desde 2010 a partir do Decreto 7.234/2010. No

entanto, em razão de transformações sociais constantes, ajustes operacionais se fizeram necessários.

Dessa forma o primeiro semestre de 2015 foi marcado por amplos debates entre as equipes de Assistência Estudantil dos câmpus, dos membros do Departamento de Gestão de Assistência Estudantil e a comunidade acadêmica de modo geral, objetivando a centralidade na revisão do Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFSUL.

Sendo que as diretrizes, os princípios, os objetivos dessa Política, por mais que sejam revistos, permanecem focados no acesso, na permanência e no êxito de estudantes em situação de vulnerabilidade social, na perspectiva da equidade, da produção de conhecimento, na melhoria de desempenho acadêmico e na qualidade de vida. É, portanto, uma construção coletiva, revisada e readequada com todas normativas para o acesso e permanência dos benefícios. Os usuários dessa política são os estudantes regularmente matriculados nos cursos: Proeja FIC,⁹ Técnicos e Superior de Graduação do IFSUL, em situação de vulnerabilidade social, com perfil socioeconômico, que se inscreveram para acessar os benefícios da Política de Assistência Estudantil.

Em Venâncio Aires, o Instituto oferece cursos gratuitos ligados à demanda da região e ao potencial metalomecânico, em diferentes modalidades. Cursos esses, integrados ao ensino médio e subseqüentes ao ensino médio. Ainda são oferecidos cursos técnicos na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), por meio de programas como o Pronatec e Mulheres Mil.

O programa Mulheres Mil está inserido no conjunto de prioridades das políticas públicas do Governo do Brasil, especialmente nos eixos da promoção da equidade, igualdade entre sexos, combate à violência contra mulher e acesso à educação. O MEC instituiu nacionalmente em 2011 o Programa Nacional Mulheres Mil, por meio da Portaria nº 1.015 de 21 de Julho de 2011 (BRASIL, 2017b), ocorrendo o ingresso no Instituto através de vestibulares de inverno e verão.

⁹ No dia 08 de abril de 2009 a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC do Ministério da Educação - MEC lançou o Ofício Circular nº 40 GAB/SETEC/MEC convidando às Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para que, em parceria com os municípios brasileiros, elaborassem propostas para implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, Formação Inicial e Continuada com o Ensino Fundamental (BRASIL, 2006).

O acesso aos benefícios se dá através de um programa de ações articuladas de assistência estudantil, com objetivo de atender e apoiar os estudantes em situação de vulnerabilidade social, sendo que será efetuado mediante estudo socioeconômico realizado por profissionais do Serviço Social. Para a permanência nos benefícios, capítulo VII, artigo 24º: “A frequência, o aproveitamento acadêmico e a utilização adequada do benefício serão exigidas do usuário, conforme a normatização dos benefícios da Política de Assistência Estudantil do IFSUL” (BRASIL, 2015). Compete ao câmpus monitorar frequência, aproveitamento acadêmico e uso adequado dos benefícios, bem como disponibilizar informações ao Departamento de Gestão de Assistência Estudantil por meio de relatórios mensais e/ou semestrais e/ou anuais.

Os tipos de benefícios disponibilizados no IFSUL Venâncio Aires são: auxílio alimentação, auxílio moradia, auxílio transporte, acompanhamento biopsicossocial-pedagógico, sendo que cada câmpus identifica e prioriza as ações de acordo com os recursos financeiros disponibilizados. A escolha dessas prioridades é conforme a gestão de cada equipe, desde que mantidos princípios normativos gerais. Vale ressaltar que o acompanhamento biopsicossocial-pedagógico independe da Assistência estudantil, portanto, todos têm o acompanhamento.

2 PLANEJAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL E DEMOCRATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES NO IFSUL VENÂNCIO AIRES: O APRENDIZADO CONSTRUÍDO

Neste capítulo serão abordados a primeira e a segunda hipóteses juntas por estarem intrinsicamente ligadas, pois tanto a elaboração quanto o planejamento de ações no processo de trabalho do profissional do Serviço Social, com vistas a efetivar a democratização de informações sobre Assistência Estudantil, necessitam ser analisados de forma conjunta, sendo categorias que se completam entre si.

No que se refere à primeira hipótese, percebe-se que a instituição escolar é um local onde as teorias de planejamento e o próprio ato de planejar, estão no dia-a-dia da vida escolar. Todos os setores da escola devem ser planejados. Planejamento da direção, da supervisão, orientadores educacionais, professores, e até mesmo dos estudantes.

Observou-se durante o estágio vivenciado, que no IF por vezes se apresenta resistências por parte de funcionários, quanto ao ato de planejar, mas a escola enquanto instituição está dentro de um plano estruturado para que possa avançar, ainda que lentamente, através de planejamento e estratégias. Para os professores, que diariamente convivem e escutam de seus coordenadores a importância e insistência permanente para que planejem suas atividades. Para os alunos, que também devem planejar e executar planos, e até mesmo participarem de atividades onde a sua opinião e sugestões podem ser ouvidas e construir planos de forma conjunta. O objetivo dessas ações é para que melhor executem e avaliem a realidade da vida escolar, trazendo suas reflexões e visões de mundo para contribuir no meio escolar.

Compreende-se a resistência de alguns, e segundo Menegolla e Sant'Anna (2002, p. 43), alguns professores não simpatizam com o ato de planejar:

Parece ser uma evidência que muitos professores não gostem e pouco simpatizem em planejar suas atividades escolares. O que se observa é uma clara relutância contra a exigência de elaboração de seus planos. Há uma certa descrença manifesta nos olhos, na vontade e disposição dos professores, quando convocados para planejamento.

O planejamento deve servir para o professor e para os alunos, de maneira que se torne útil e funcional a quem se destina objetivamente, através de uma ação

consciente, responsável e libertadora, desconsiderando a noção de planejamento como uma receita pronta.

Independente da estrutura escolar, todos planejam. Planejamento para tudo e para todos. Planejamentos de cursos, disciplinas, conteúdos, atividades, aulas, provas; planejamento de reuniões, etc. Alguns espaços educacionais, a execução desses planejamentos nem sempre apresentam a mesma valoração do que o “planejar”, considerando-se que no meio escolar (didático-pedagógico) professores que não planejam podem ser considerados desatualizados.

Sabe-se que a educação como processo, e desenvolvida no contexto nacional, regional ou comunitário no qual escola e aluno são agentes das suas circunstâncias existenciais, é necessário empenho e dedicação. Nisso, todo processo educacional exige planejamento.

Esse planejamento em relação aos diversos níveis passa a ser o instrumento que direciona o processo educacional nas mais diversas necessidades para a execução de finalidades, metas e objetivos da educação. Planos elaborados por professores, escola não devem ser estruturados sem uma inter-relação com o planejamento educacional, um não limita ou elimina a necessidade do outro.

O planejamento pode visualizar as problemáticas a nível nacional, da região, da comunidade em que está inserida, pois é esse o objetivo. Agir diretamente sobre o indivíduo, para que possa atender às urgências, e demais demandas, a fim de atender às metas educacionais. Estes planejamentos necessitam se relacionar, pois dará a base para os planos de ensino. A escola elabora seus planos orientada pela lei ou sistemas, mas sempre com a finalidade de atender características locais bem como as necessidades da comunidade, sendo esse um processo contínuo.

O planejamento do Serviço Social na instituição (IF VA), como um processo que reflete na instrumentação de transformações na realidade social tem a participação multiprofissional de discentes e docentes, junto à direção e demais servidores, onde a participação da acadêmica aconteceu de forma para que pudesse aprofundar o conhecimento de si própria, da sociedade e do local (instituição), colocando seu conhecimento e sua capacidade criadora a serviço da vida coletiva.

Com o desejo de transformar situações, mas apoiando-se em um máximo de certezas de êxito, o que exigiu um grau maior de sistematizações, chegando-se as

técnicas, tal qual o planejamento é. A preocupação com o domínio das situações e sua transformação impulsionou o homem no caminho da sistematização das técnicas da idealização dos métodos (LAMPARELLI, 1964, p. 11).

Em busca de transformações, os planejamentos e sistematizações existentes na instituição desde o início da execução da política de Assistência Estudantil no local, puderam ser analisados e com esses dados planejar novas ações. Através do material existente na instituição, observou-se junto a supervisão de estágio e demais servidores, quais as possíveis demandas que necessitavam de providências, tanto quanto a questionários, pesquisas e editais e para que de fato houvesse democratização das informações.

Após análise de dados, considerou-se importante o armazenamento destes para que novas pesquisas pudessem ser realizadas para posteriores intervenções e identificação de necessidades. Com isso a contribuição para elaboração das pesquisas atuais e posteriores, onde contemple um número maior de informações.

É rotina da Assistência Estudantil a cada semestre realizar o planejamento de suas ações, tendo como referencias os dados do semestre anterior, e mais uma prospecção de futuros ingressantes na Assistência Estudantil através de dados cruzados com o número de novos alunos ingressantes. Sem esse planejamento não há como prever valores para o próximo semestre. A elaboração das estratégias de ação no IFSUL Venâncio Aires, referentes a Assistência Estudantil é realizada através um plano anual e demais planejamentos setorizados de acordo com demandas.

O planejamento do Serviço Social tem o propósito de procurar

[...] dialogar com estudantes acerca dos benefícios estudantis e finalidades da Assistência Estudantil – Para isso foram realizadas rodas de conversa com os estudantes, onde obtiveram esclarecimentos detalhados a respeito da Assistência estudantil, e dúvidas foram esclarecidas (Trecho extraído do diário de campo do dia 26/04/2016).

O Serviço Social, inserido no meio educacional, dentre as suas inúmeras tarefas, pode contribuir para uma leitura crítica e esclarecedora acerca do caráter de educação universal, atuando junto a Política de Assistência Estudantil, que vem a ser a porta de entrada para muitos alunos.

Os princípios, as diretrizes e os objetivos da política de Assistência Estudantil, estão focados no acesso, na permanência e no êxito de estudantes em

situação de vulnerabilidade social, na perspectiva da equidade, da produção de conhecimento, na melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida.

Através de uma permanente construção coletiva, o Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFSUL é revisado e readequado periodicamente, em razão das transformações sociais vivenciadas necessitando alguns ajustes conceituais e operacionais, o que não é estranho às políticas sociais. Exemplo de debates:

A respeito do debate que aconteceu na Câmara de Ensino em conjunto com a Câmara de Assistência Estudantil. Precisaremos identificar quem constitui a Comissão no Câmpus e disponibilizar parceria com Assistência Estudantil, pois a SETEC está prevendo a seguinte composição neste trabalho: “Cada instituição deve constituir uma comissão interna geral composta por gestores de ensino e de assistência estudantil, coordenadores de curso, professores e equipe técnico-pedagógica, dentre outros profissionais. Essa comissão terá como objetivo coordenar e sistematizar a elaboração do plano estratégico institucional em colaboração com os campus” (NOTA INFORMATIVA Nº 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC) (Trecho extraído do diário de campo do dia 20/11/2015).

Esses ajustes são realizados através dos departamentos de gestão da Assistência Estudantil. Conforme descrito em Diário de campo da estagiária:

As alterações se deram em alguns termos técnicos, e melhor esclarecimento de alguns fatores que apresentavam dúvidas para alguns servidores da instituição que trabalham com a política de assistência estudantil, e por vezes não estão apropriados completamente da PAE (de outros setores) [...] (Trecho extraído do diário de campo do dia 17/08/2015).

Os princípios, as diretrizes e os objetivos dessa Política, por mais que sejam revistos, permanecem focados no acesso, na permanência e no êxito de estudantes em situação de vulnerabilidade social¹⁰. Para que esses realinhamentos pudessem chegar ao alvo principal, os estudantes, é que o projeto de intervenção buscou a democratização da informação, com vistas que a informação pública não é apenas um direito resguardado pela Constituição Federal, mas sim um direito

¹⁰ Vulnerabilidade social: “Para elaboração dos Regulamentos internos, esses conceitos são amplamente discutidos e reavaliados constantemente. O conceito é bastante amplo, referindo-se a indivíduos e famílias com perda ou fragilidades de vínculos afetivos, pertencimento e sociabilidade; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos ou indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social” (BRASIL, 2005).

fundamental individual e coletivo, enquanto direito de informar, de se informar e ser informado.

Vale lembrar que em 1948 a ONU em sua Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão (DUDH, 1948), em seu artigo XIX, prescreve que todo homem tem direito à liberdade de expressão e de receber e transmitir informações. Ao transmitir informações como um direito, sabe-se que a natureza de liberdade traz consigo o sentido de dever, de compromisso com a verdade, com transparência e com imparcialidade, tendo em vista ser um direito individual e de expressão coletiva.

Ademais, unido aos direitos sociais, o direito à informação propõe-se a atender não somente as demandas pertinentes ao elemento informação, de interesse público, mas também se dispor como instrumento de mediação entre sociedade civil e Estado.

O direito de se informar consiste no indivíduo buscar as informações pretendidas, sem que lhe sejam impostos empecilhos para tal. Está previsto no artigo 5º, inciso XIV da Constituição (BRASIL, 1988) e “[...] é um compromisso da garantia do direito à informação, como direito fundamental de cidadania” (MIOTO, 2009, p. 502). Com a Lei de acesso à Informação o Brasil dá um passo importante para a consolidação do seu regime democrático, ampliando a participação cidadã, cumprindo também compromisso assumido pelo país ante a comunidade internacional em várias convenções e tratados.

Como exercício da cidadania essa lei representa uma mudança de paradigma em matéria de transparência pública, pois estabelece que o acesso é a regra, e o sigilo a exceção. Portanto qualquer cidadão pode solicitar acesso às informações públicas (BRASIL, 2011). Para isso é necessário enfrentar os desafios para a observância do que dispõe essa lei. Como salienta Targino(2006): “[...] não há exercício da cidadania sem informação” (p. 71). Assim, é necessário a elaboração e planejamento de ações que viabilizem o acesso às informações com comprometimento dos agentes públicos na transparência, torna-se determinante para o sucesso e eficácia na execução da Política de Assistência Estudantil, e compreende informações que são públicas.

É, portanto um direito inerente à condição de vida em sociedade e importante quanto à responsabilidade daqueles que prezam pela veracidade, imparcialidade e transparência das informações, tanto dos usuários da Assistência Estudantil, quanto

da instituição em relação a eles e sociedade em geral. O direito à informação é tão valioso como os direitos sociais do ser humano, pois sem a informação e o conhecimento não se alcança a efetivação dos direitos existentes. Segundo Nascimento e Hetkowski (2007, p.40):

[...] o valor social da informação e a sua efetividade na criação de oportunidades de transformação, determinam a aproximação entre o direito à informação (um recurso simbólico e garantia jurídica da informação socialmente construída) e os direitos sociais, justamente pela potencialidade dessa informação em favorecer as oportunidades de autonomia, os processos de participação e as escolhas dos sujeitos e de seus coletivos.

Dessa forma, na busca em proporcionar uma aproximação de seus direitos enquanto estudantes, a estagiária teve como subsídio para tal a divulgação da informação dos direitos para acesso aos benefícios estudantis, cartilhas de divulgação desenvolvidas pela instituição com caráter informativo, entre outras ações para aprofundar o assunto, como as rodas de conversas e reuniões. Subsídios esses que ajudam na compreensão da possibilidade que dispomos em exigirmos dos representantes públicos, transparência nos movimentos, ações e decisões, assim como, na defesa dos direitos sociais da comunidade, percebendo-se que a socialização da informação é uma porta de acesso a outros direitos. Isto nos leva a refletir sobre o trecho extraído do diário de campo da estagiária:

[...] vejo o quanto pude desenvolver-me com a busca de habilidade para comunicar-me com os estudantes, compreender seu nível de entendimento e esclarecimentos de dúvidas, exigindo de mim apropriação do assunto através de estudos e pesquisas para maior compreensão e possibilidade de informar (Conforme diário de campo do dia 26/04/2016).

Com o relato anterior e com as considerações e análises realizadas ao longo do capítulo, pode se perceber que o planejamento de ações no processo de trabalho do profissional do Serviço Social, com vista a efetivar a democratização de informações sobre Assistência Estudantil, exigiu reflexão e ao unir a primeira e segunda hipóteses, possibilitou trazer uma resposta mais completa e exemplificada para refletir de forma clara e objetiva a importância do planejamento e a democratização de informações no processo de prática profissionalizante da autora, respondendo afirmativamente às hipóteses elencadas para essa pesquisa.

3 INSTRUMENTAL TÉCNICO-OPERATIVO E PLANEJAMENTO

Neste capítulo analisa-se a terceira hipótese: “A estagiária de Serviço Social no IFSUL Venâncio Aires, contribuiu para efetivação do acesso aos benefícios estudantis através do planejamento, execução e avaliação do instrumental utilizado”. Destaca-se para essa análise: planejamento, visitas domiciliares, entrevistas, laudo sócio econômico, na garantia de acesso à Política de Assistência Estudantil. Para isso faz-se necessário o entendimento da PAE.

A gestão sistêmica da PAE é realizada pelo Departamento de Gestão de Assistência Estudantil (DEGAE), em conjunto com as equipes de Assistência Estudantil (AE) dos campi. Há ainda uma Câmara de Assistência Estudantil que tem a finalidade de contribuir para o aperfeiçoamento e o desenvolvimento das questões relacionadas à Assistência Estudantil.

É através do material produzido em conjunto com essas equipes que se realiza o planejamento das ações da AE, sendo que essa equipe mantém reuniões regulares, ao qual a acadêmica participou e pode contribuir com propostas de ações para efetivação do acesso aos benefícios, como descrito:

Importante ressaltar a organização em geral que estava preparada para essa reunião. Quando cheguei na instituição, ao cumprimentar a recepcionista, já conversei e fiquei sabendo que estavam aguardando a equipe que chegaria de Pelotas, do DEGAE com receptividade uns para com os outros[...]. (Trecho extraído do diário de campo do dia 14/08/2015).

O planejamento e execução das atividades são esquematizados por equipes e executados de forma multidisciplinar, bem como as avaliações dessas ações são constantes. Foram desenvolvidas ações pela acadêmica, quanto ao planejamento de reuniões com estudantes inclusos recentemente, para o acesso de informações importantes para manutenção dos benefícios estudantis. Confirma-se através do descrito em Relatório Final de estágio IV:

A participação dos estudantes foi concretizada através da comprovação de sugestões de temas por eles escolhidos através de pesquisa. A confirmação de que as informações foram satisfatórias, percebeu-se através da diminuição de demanda de documentações faltantes durante o processo de edital, e diminuição de procura por esclarecimentos em outros setores e horários. Percebo que para atingir esse objetivo, desenvolvi a capacidade de executar atividades como: o planejamento, organização e coordenação

da atividade com os estudantes, sendo necessária articulação com o grupo e demais servidores da instituição (SILVA, 2016/1).

Essa programação foi parte do Projeto de Intervenção, onde a execução foi importante, para a instituição, pois possibilitou maior acesso à informação, que era o objetivo do projeto, e para os estudantes que demonstraram de fato mais informações concernentes à Assistência Estudantil, sendo um movimento positivo para efetivação de seus direitos.

Portanto para garantir o acesso aos benefícios, é necessário planejamento de ações como foi o caso do Projeto de Intervenção onde previu a realização de visitas domiciliares a todos estudantes solicitantes do benefício, para elaboração posterior do laudo sócio econômico, conforme diário de campo da acadêmica:

Realizei as entrevistas, as visitas domiciliares, as análises de documentação para elaboração do laudo socioeconômico, respeitando os conceitos e predefinições em edital institucional. Com a realização dessas atividades pude compreender melhor o significado e importância da escuta sensível, a avaliação com critérios definidos e importância da autenticidade e seriedade em todo o processo (Trecho extraído do diário de campo do dia 07/06/2016).

A visita domiciliar¹¹ é de suma importância para o trabalho do assistente social, pois é a maneira que temos maior clareza da realidade social no qual está imerso o usuário, sendo que nesse momento, a proposta era de que todas as visitas fossem realizadas por dois profissionais de áreas diferentes (assistente social e psicólogo, assistente social e auxiliar administrativo do setor financeiro, assistente social e assistente de alunos, etc), mas em conjunto para que suas opiniões pudessem ser objetivas, claras e justas.

A visita domiciliar sendo realizada por dois profissionais possibilitou agregar conhecimentos, visto que havia um grande número de visitas em áreas rurais à locais com diferentes tipos de produção como tabaco, plantadores de soja, criadores de gado, locais que para uma visita necessitam de uma visão de quem conheça minimamente a respeito.

¹¹ Visita domiciliar: “[...] é uma técnica social, de natureza qualitativa, por meio da qual o profissional se debruça sobre a realidade social com a intenção de conhecê-la, descrevê-la, compreendê-la ou explicá-la. O seu diferencial em relação a outras técnicas é que tem por lócus o meio social, especialmente o lugar social mais privativo e que diz respeito ao território social do sujeito: a sua casa ou local de domicílio” (AMARO, 2014, p.19).

No planejamento dessas visitas, as documentações eram previamente avaliadas, e de acordo com o que se percebia ser a fonte de renda informada, eram convidados os profissionais de acordo com conhecimento que pudesse agregar para elaboração posterior de laudo sócio econômico e pareceres.¹²

Essa inovação na Assistência Estudantil, através das visitas domiciliares, garantiu um trabalho mais aprimorado na realização do estudo sócio econômico,¹³ proporcionando uma condição de igualdade com justiça aos estudantes que realmente necessitavam do benefício para sua permanência escolar, e melhor desempenho estudantil. O diferencial observado quanto a nova operacionalização das visitas domiciliares é percebido conforme relato de Diário de campo da acadêmica:

Tivemos 42 estudantes inseridos na Assistência Estudantil em 2015/2. Três estudantes desistiram e precisávamos realizar 38 visitas, pois uma foi visitada durante período de análise. Três estudantes não foram encontrados em sua residência, um estudante não conseguimos contatar para reagendar visita e um desmarcou. Tivemos participação de colegas da equipe em 15 visitas sendo que duas foram realizadas somente pelo colega. As visitas foram tranquilas, pois a maioria dos estudantes visitados tinha participado do grupo realizado por Assistente de alunos e estagiária do Serviço Social e orientações sobre a Assistência Estudantil estavam mais claras (Trecho extraído do diário de campo do dia 30/03/2016).

Constata-se que que o Projeto de Intervenção realizado, atingiu seus objetivos, quando os estudantes verbalizaram que dúvidas anteriormente comuns, agora já estavam esclarecidas, diminuindo assim o tempo das visitas, e armazenando um maior número de informações, contribuindo também para futuras ações.

O planejamento das visitas domiciliares envolve outros setores e depende de ações articuladas junto aos profissionais, pois transporte e organização de horários dependem da disponibilidade de cada ator envolvido. Porém com boa articulação e planejamento incessante, é possível a união desses fatores, o que resulta de forma

¹² Parecer social: é uma das partes que integram o estudo social, onde o assistente social, tomando por base os dados coletados ao longo do estudo social, cuja análise sempre se dá à luz do referencial teórico, é onde o profissional expressa a sua posição técnica de como alguma situação em questão (que gerou o estudo social) poderá ser solucionado.

¹³ Estudo sócio econômico: É realizado através de uma análise da condição familiar do estudante, através da verificação de indicadores de vulnerabilidades social, como renda per capita, composição familiar, relações de parentesco e dependência econômica, situação de moradia, despesas familiares, bens patrimoniais, situação de saúde familiar (doenças crônicas e/ou pessoas com deficiências), etc. (BRASIL, 2017b).

positiva para toda equipe envolvida, o que comprova-se em descrição da acadêmica em Diário de Campo:

A reserva do transporte assim como deslocamento também foi tranquilo. Como é possível identificar no Informativo de novembro 2015, convidamos a verbalizarem suas observações sobre a atividade, onde colegas trouxeram os seguintes relatos: “X” disse que as duas visitas que realizou foram bem tranquilas e foi identificada a situação declarada pelos estudantes. “XX” disse que gosta de participar para conhecer melhor a realidade dos estudantes e que gostaria de participar em outra. “XXX” lembrou que “XX” faz abordagens contemplando questões pedagógicas e envolvendo os familiares. “XXXX” questionou se era possível fazer as visitas domiciliares sem outro colega estar junto. “XXX” disse que nem sempre é possível organizar duplas o que também ampliaria o tempo para realizar esta atividade. Caso de ficar alguma dúvida poderemos agendar outra visita domiciliar ou entrevista para esclarecimentos (Trecho extraído do diário de campo do dia 23/11/2015).

A participação dos servidores juntamente a equipe do Serviço Social, foi fundamental para efetivação positiva dos resultados obtidos, sendo que para isso demandou estratégias de planejamento e organização, que foi bem recebida e entendida por todos. Quanto ao Serviço Social na instituição, é relevante observar:

A proposta que se coloca hoje, ao Assistente Social no trabalho escolar, refere-se ao trabalho em conjunto, ou seja, que partilhe suas atividades uma equipe multiprofissional, tendo como perspectiva o trabalho do indivíduo como um todo (VALADÃO; SANTOS, 1993, p. 52).

Salienta-se a importância da execução multidisciplinar, característica essa, do cotidiano profissional do assistente social em relação as demais equipes de trabalho, que unidas partilham ideais em comum na educação.

As visitas Domiciliares são Instrumento que consiste em conhecer a realidade do cotidiano da família. Importante ir além do aparente na busca da essência das relações. Conforme Sarmiento (1994, p. 304):

A visita domiciliar como um instrumento que potencializa as possibilidades da realidade (conhecendo com o usuário as suas dificuldades e, não o que já sabe que são pobres, que brigam, que bebem etc.) e, que tem como ponto de referência a garantia de seus direitos (através dos serviços que lhe são levados) onde se exerce um papel educativo (colocando o saber técnico à disposição) de reflexão sobre a qualidade de vida.

A utilização do instrumental técnico operativo no cotidiano da prática profissional é um fator preponderante para o assistente social, sendo utilizado desde a

origem da profissão e que exige contínuo debate a fim de reconstruí-la e possibilitar seu uso nos dias atuais. A visita domiciliar situa-se dentre os meios de trabalho que o Assistente Social dispõe integrando o seu processo de trabalho.

Partindo desse conhecimento sobre a visita domiciliar, observa-se saber que os profissionais têm seus instrumentos de trabalho, e sendo o assistente social um trabalhador inserido na divisão social e técnica do trabalho, necessita de bases teóricas, metodológicas, técnicas e ético-políticas para o seu exercício profissional. Os instrumentais técnico-operativos são como um “[...] conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional” (MARTINELLI, 1994 p. 137).

O uso ou articulação desses instrumentais pode ser visto como estratégia para a realização de uma ação na prática profissional, como nos mostra Martinelli, onde o instrumental e a técnica estão relacionados em uma “unidade dialética”, refletindo o uso criativo do instrumental com o uso da habilidade técnica. O instrumental “[...] abrange não só o campo das técnicas como também dos conhecimentos e habilidades” (MARTINELLI, 1994, p. 138), ficando evidenciado conforme relato de diário de campo: “Realizei as entrevistas, as visitas domiciliares, as análises de documentação para elaboração do laudo socioeconômico, respeitando os conceitos e predefinições em edital institucional” (Trecho extraído do diário de campo do dia 24/11/2015).

A elaboração do laudo sócio econômico faz parte de um processo que envolve as entrevistas, as visitas domiciliares, junto às documentações anexadas junto à solicitação do benefício estudantil após abertura de edital institucional. A observação com cumprimento dos prazos do edital se torna fundamental. A profissão com seu caráter investigativo verifica, mas jamais com atos de “policiamento” os dados recebidos. Netto(1996) assim define o profissional: “[...] intelectual que habilitado para operar numa área particular, compreende o sentido social da operação e a significância da área no conjunto da problemática social” (p. 125-126), esse perfil profissional é de um sólido referencial teórico-metodológico, que permite um rigoroso tratamento crítico-analítico, um conjunto de valores e princípios adequados ao trabalho, sendo fruto de uma construção lenta e em constante aprimoramento.

A confiança dos solicitantes foi adquirida através de trabalhos de conscientização durante as reuniões, para que abrissem a porta de suas casas para receber as equipes de visitação e fornecer dados importantes para execução da política. Vários fatores e instrumentais devem ser considerados e analisados durante e após essas ações. A reflexão está sempre presente em todas etapas, como acadêmica refere:

Com a realização dessas atividades pude compreender melhor o significado e importância da escuta sensível, a avaliação com critérios definidos e importância da autenticidade e seriedade em todo o processo. Realizei visitas domiciliares (sendo bem recebida), acompanhada por profissionais de diversas áreas como: Serviço Social, pedagogia, e setor financeiro, o que ressalta a importância da intersectorialidade para um melhor desenvolvimento das ações (SILVA, 2016/1).

O ponto inicial para identificação dessas demandas, deu-se na observação e posterior planejamento de ações que puderam ser executadas e avaliadas de forma justa e igualitária, podendo com isso possibilitar ao usuário da Assistência Estudantil o acesso aos benefícios de forma cidadã, observando em todo tempo, as múltiplas possibilidades para atuação fundamentada em princípios e que permitam:

O Serviço Social no âmbito educacional tem a possibilidade de contribuir com a realização de diagnósticos sociais, indicando possíveis alternativas à problemática social, vivida por muitas crianças e adolescentes, o que refletirá na melhoria das suas condições de enfrentamento da vida escolar. (CAMILO; CORDEIRO, 2005, p. 39).

Dessa forma é possível identificar diversos tipos de problemas, sejam comportamentais que se apresentam, por exemplo, sob as formas da evasão escolar, repetência, dificuldade no relacionamento interpessoal e desmotivação para as atividades escolares, cujas causas podem ser devidas à precariedade de relação familiar, ao local de moradia e até mesmo à falta de educação e conhecimento dos pais ou responsáveis. Para o profissional assistente social, independe o local de sua atuação, desde que tenha como base o código de ética que regulamenta a profissão e tem como princípio a defesa dos direitos humanos, neste contexto tratando-se da educação, dá-lhe capacidade de fortalecer os laços entre a escola, a família e a comunidade, por meio de sua ação profissional.

Dessa maneira pode-se responder afirmativamente a hipótese elencada. A acadêmica contribuiu para efetivação do acesso aos benefícios estudantis através

do planejamento, execução e avaliação do instrumental utilizado, aprimorando as técnicas já desenvolvidas como as visitas domiciliares, entrevistas e elaboração de laudo socioeconômico, criteriosos e com planejamento diferenciado, exercendo papel preponderante para construção do conhecimento da acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho cabem algumas considerações acerca da prática realizada nos quatro níveis de estágio curricular obrigatório pela estagiária e autora deste TCC. Procurou-se, no estágio, contribuir para a democratização da informação a respeito da Assistência Estudantil, através do planejamento e fazendo-se uso de instrumentos que operacionalizaram o processo de seleção para acesso ao benefício de forma que respeitasse a individualidade de cada estudante.

De acordo com o desenvolvimento do trabalho, as hipóteses elencadas foram consideradas válidas, conforme descrito nos capítulos relacionados às questões; além de contribuir na reflexão da prática que a estagiária desenvolveu nos quatro níveis de estágio, possibilitando uma maior aproximação com a demanda.

Sem a informação as pessoas não sabem como acessar seus direitos, além de muitos estudantes desconhecerem o processo de um edital, o que os impedia de serem beneficiados com o programa assistencial.

O planejamento do Serviço Social na instituição (IF VA), como meio de reflexão que possibilita transformações na realidade social, conta com participação multiprofissional de discentes e docentes, junto à direção e demais servidores, onde a participação da acadêmica ocorreu para que pudesse aprofundar o conhecimento de si própria, da sociedade e do local (instituição), colocando seu conhecimento e sua capacidade criadora a serviço da vida coletiva, planejando ações que conduzissem ao êxito, que é a manutenção e permanência dos estudantes no recebimento de auxílios financeiros durante seu período estudantil.

Ao transmitir informações como um direito, sabe-se que a natureza de liberdade traz consigo o sentido de dever, de compromisso com a verdade, com transparência e com imparcialidade, tendo em vista ser um direito individual e de expressão coletiva. A garantia do direito à informação é dependente de planejamento e ações do Serviço Social para que se concretize.

Observa-se que na hipótese III a efetivação do acesso aos benefícios estudantis através do planejamento, execução e avaliação do instrumental utilizado, pode ser visualizada através dos dados sistematizados referentes aos estudantes inscritos e beneficiados pelo PNAES na instituição.

Assim respondendo ao problema “Como a estagiária de Serviço Social contribuiu com o PLANEJAMENTO do Serviço Social no IFSUL Venâncio Aires no período de 2015/1 a 2016/1?”. Entendemos que, considera-se que foi através do acesso à informações e divulgação de editais em que o instrumental para verificação de possíveis usuários foi melhor planejado e executado, tornou-se um diferencial para potencializar o acesso e permanência no meio estudantil contemplando assim a socialização da informação para todos os usuários atendidos.

A prática do estágio curricular obrigatório foi a oportunidade de trabalhar com a realidade na instituição e aprimorar os conhecimentos adquiridos no período acadêmico. Momento esse que agregou muito na formação acadêmica e futuro profissional da acadêmica. Foi possível unir a organização do pensamento com a técnica, ou seja, teoria e prática e ainda vivenciar a realidade de uma instituição escolar federal.

A importância da garantia de um direito, através da democratização da informação, não está unicamente relacionada ao acesso de um benefício ou bem comum, ela abre janelas para outros horizontes possíveis de valores subjetivos. É possível refletirmos que através da garantia ao acesso de um benefício, um ser em desenvolvimento (adolescentes e jovens) podem sim ter seus horizontes ampliados para um futuro melhor onde democracia conversa com respeito, dignidade e valorização do indivíduo. Para tanto, constata-se que a execução de um trabalho efetivo, que incida na possibilidade de transformações no cotidiano desses usuários contribuindo para que estes acessem seus direitos e se reconheçam como sujeitos da própria história, é um desafio aos profissionais que atuam na área do Serviço Social, bem como um olhar sobre as novas expressões da questão social, que se modificam constantemente apontando novas demandas sociais que exigem um posicionamento diferenciado na concretização da ação profissional em qualquer locus dos espaços sócio profissionais.

REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. **Visita domiciliar: teoria e prática**. 1. ed. Campinas, SP: Papel Social, 2014.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação**. 2. ed. São Paulo: Veras, 2002.

BARBIER, René. Escuta sensível na formação de profissionais de saúde. *In: Conferencia na Escola Superior de Ciências da Saúde – DEPECS-SES-GDF*. 2002. Disponível em: <<http://www.barbier-rd.nom.fr/ESCUTASENSIVEL.PDF>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

BARBOSA, Mario da Costa. **Planejamento e Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10730570/inciso-xiv-do-artigo-5-da-constituicao-federal-de-1988>>. Acesso em: 01 jun.2017.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Regulamento da política de assistência estudantil**. 2015. Disponível em: <http://www.lajeado.ifsul.edu.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1213&Itemid=164>. Acesso em: 01 jun. 2016.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Site Institucional do IFsul**, 2017b. Disponível em: <<http://www.venancio.ifsul.edu.br/portal/>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 26 jun. 2017.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm Acesso em: 21 abr. 2016.

_____. Lei nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-010/2010/Decreto/D7234.html>. Acesso em: 31 ago. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 31 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**, 2009. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/7539569-Ministerio-da-educacao-centenario-da-rede-federal-de-educacao-profissional-e-tecnologica.html>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Site institucional do FNDE**, 2017a. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)**. 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/proeja>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS**. Brasília, 2005.

_____. Portaria 2312/2012, de 14 de dezembro de 2012. **Aprova normatização de Benefícios da Política de Assistência Estudantil no IFSul**. Disponível em: <www.ifsul.edu.br/assistencia-estudantil.../391_99061bb6cf126563efeeb9e50348a672>. Acesso em: 29 jun. 2016.

CAMILO, Lindsay Susan; CORDEIRO, Priscila Tatiane. **A atuação do Assistente Social nas escolas Municipais de Franca pós-1996**. 2005. (Trabalho de Conclusão de Curso). Faculdade de Serviço Social. UNESP, Campus de Franca, 2005.

CHIAVENATO, I. **Administração para não administradores**. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

CHIZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DELLAGNELO, E. H. L., & Silva, R. C. Análise de conteúdo e sua aplicação em pesquisa na administração. *In*: VIEIRA, M. M. F.; ZOVAIN, D. M. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. São Paulo: FGV, 2005.

DUDH. Organização das Nações Unidas. **Declaração universal dos direitos humanos**. 1948. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/declaracao/>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

GANDIN, D. **A prática do planejamento participativo**: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAMPARELLI, Celso Monteiro. **Uma contribuição para o método de planejamento e seu Ensino**. São Paulo, USP editora, 1964.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa Qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

_____; KOUMROUYAN, Elza. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social. *In: Revista Serviço Social & Sociedade*. n. 54. São Paulo: Cortez, 1994.

MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza M. Por que planejar? Como planejar? Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro, Vozes, 2001.

_____. **Pesquisa Social, teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, Vozes, 2004.

_____. **O Desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007

MIOTO, Regina Célia. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. *In: CFESS. (Org.) Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NASCIMENTO, A. D.; HETKOWSKI, T. M. (orgs). **Memória e formação de professores** Salvador: EDUFBA, 2007.

NETTO, J. P. C. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *In: Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, ano XVI, abr. 1996.

OLIVEIRA, Dalila de Andrade. **Gestão democrática da educação**: desafios contemporâneos. 7. ed. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2007.

PORTELLI, A. **Forma e significado na História Oral**: a pesquisa como um experimento em igualdade. São Paulo: Projeto História, Educ, 1997.

SAMPAIO, Juliana; SANTOS, Gilney Costa; AGOSTINI, Marcia; SALVADOR, Anarita de Souza. Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no serão pernambucano. *In: Comunicação, Saúde, Educação*. Interface. 2014. Ano 18, vol. 2, p. 1299-1312. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v18s2/1807-5762-icse-18-s2-1299.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

SARMENTO, Hélder B. de M. **Instrumentos e Técnicas em Serviço Social: Elementos para uma discussão.** 1994. (Dissertação) Mestrado em Serviço Social. São Paulo: PUC, 1994.

SILVA, Midian Rosa. **Relatório Final de Estágio IV.** Estágio Supervisionado em Serviço Social IV. Curso de Serviço Social. Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Santa Cruz do Sul, 2016/1.

TARGINO, M. das G. **Olhares e Fragmentos:** cotidiano da biblioteconomia e ciência da Informação. Teresina (PI): EDUFPI, 2006.

VALADÃO, Cláudia Regina, e SANTOS, Regina de Fátima Mendes (1997): **Família e escola:** visitando seus discursos. (Trabalho de Conclusão de Curso). 1993. Faculdade de História. UNESP: Franca, 1993.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento:** projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. São Paulo: Libertad Editora, 2006.

VELHO, G. Observando o familiar. *In:* NUNES, E. O. (org.) **A Aventura Sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **Serviço social:** processos e técnicas. 3. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1979.